OPINIÃO

Plantar com informação: o exemplo brasileiro do ZARC

Enquanto a paralisação dos caminhoneiros mostra a fragilidade da cadeia alimentar, o Brasil ensina como um calendário técnico de plantio organiza crédito, subsídio e seguro. O Chile pode adaptá-lo com cuidado e ser a porta de entrada para a América Latina.



Ricardo Moyano Monreal

Advogado. Ex-adido comercial e agrícola do Chile no Brasil. Gerente no Chile do Canal Rural Brasil. Assessor de assuntos públicos da Fedefruta. Diretor da Alagro / Chile

Nesta semana, o campo chileno voltou a olhar para as estradas com apreensão. Caminhoneiros e motoristas de ônibus iniciaram, em 10 de novembro, uma paralisação por tempo indeterminado contra a alta dos combustíveis. O conflito no Golfo Pérsico já havia encarecido energia, fertilizantes, defensivos e fretes. Uma paralisação não é um risco segurável, mas revela que a produção de alimentos depende de uma cadeia frágil, exposta a mais de um tipo de choque.

Um artigo recente de Manoel Mário de Souza Barros, jurista brasileiro e diretor-presidente da Academia Latino-Americana do Agronegócio (Alagro), organização da qual sou diretor no Chile, publicado no *Diário do Comércio* de Belo Horizonte, lembra uma ideia essencial: o seguro rural não elimina os riscos, ele os transfere, e sua eficácia depende da clareza das coberturas, da compreensão do produtor e da segurança jurídica. Acrescenta que os sinistros não atingem apenas o agricultor, mas também trabalhadores, fornecedores, cooperativas e agroindústrias.

Segurança alimentar: motivo de sobra

Secas, geadas, incêndios, alta de insumos ou bloqueios de estradas golpeiam a disponibilidade e a estabilidade do abastecimento. Nenhum instrumento elimina todos os riscos, mas um país deve estudá-los, mensurá-los e antecipá-los com ferramentas que previnam perdas antes de ter de indenizá-las. A segurança alimentar é motivo suficiente para isso.

Onde estamos

O Chile conta com a Agroseguros, comitê vinculado à Corfo e ao Ministério da Agricultura, que subsidia os prêmios. O subsídio começa em 40% e, com adicionais acumulativos, pode chegar a 69% do custo da apólice, com 4% extras para contratações associadas a cooperativas. Ainda assim, a lacuna é grande: menos de 7% dos estabelecimentos agropecuários tinham apólices vigentes em 2024. Na fruticultura, uma estimativa de 2020 indicava cerca de 2% da área frutícola segurada. Há avanços: os seguros coletivos com subsídio de 100%, como o catastrófico para a mosca-da-fruta, beneficiaram mais de 83 mil agricultores.

O que sobra é capacidade técnica. O INIA é um órgão de alto nível, reconhecido internacionalmente, com décadas de informação agroclimática e de manejo de culturas. Somam-se a ele o SAG (serviço agrícola e pecuário), o CIREN, a Direção Meteorológica e as universidades. O que falta não é ciência, mas articulá-la: um zoneamento oficial de risco, integração entre seguro, crédito e assistência técnica, e um mecanismo público para eventos catastróficos.

A experiência do ZARC

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático nasceu no Brasil em 1996 com o trigo e completou 30 anos em 2026. Define, por cultura e município, as janelas de plantio com risco climático aceitável. Respeitá-las é condição para acessar o Proagro (garantia pública do crédito) e a subvenção ao prêmio do seguro. Desde a última safra, também para o crédito de custeio do Plano Safra.

Como adido agrícola do Chile no Brasil, coube-me conhecer de perto a experiência da Embrapa e diversos projetos de ZARC ao longo do país, que vêm se desenvolvendo com muito sucesso. Sua força não é apenas técnica: é uma política pública que alinha cientistas, bancos, seguradoras e produtores.

Os números mais recentes, sempre estimativas da Embrapa, sua própria desenvolvedora:

- O Balanço Social da Embrapa estima que o ZARC gerou R$ 3,9 bilhões em 2025, por menos perdas, menos replantios e menor pagamento de seguros.
- Os contratos que seguiram o ZARC apresentaram redução de 70% no índice médio de perdas em relação ao total de contratos.
- Hoje atende a mais de 50 culturas e é sustentado por uma rede de mais de 100 profissionais.

O Estado paga menos indenizações e subsidia melhor; os privados contam com informação homogênea para precificar e emprestar.

Um projeto regional com o IICA, que comece no Chile

A experiência da Embrapa pode ser transferida a outros países. Proponho um projeto latino-americano com o IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura) e outros organismos multilaterais, que replique o modelo brasileiro e comece em nosso país. O Chile é um bom ponto de partida por sua estabilidade institucional, pela qualidade técnica do INIA e do SAG e por seu mercado segurador. E, além disso, porque o projeto exige primeiro revisar condições que não são apenas científicas:

- **Institucionalidade e agências:** quem coordena e que papel têm o Ministério da Agricultura, a Agroseguros, o INDAP, o SAG, o INIA, o CIREN, a Direção Meteorológica e a Corfo, e que normas seria preciso ajustar.
- **Disposição do setor:** a vontade de entidades, produtores e cooperativas de adotar calendários técnicos e compartilhar informação.
- **Disposição de bancos e seguradoras:** se o BancoEstado, a banca privada, as seguradoras e as resseguradoras estão dispostos a condicionar crédito e precificação ao zoneamento.
- **Marco normativo e fiscal:** como vincular subsídios e garantias públicas ao cumprimento do zoneamento.

Com esse diagnóstico, o projeto avançaria em três etapas: diagnóstico institucional, pilotos e, depois, replicação em outros países da região, com o INIA e a Embrapa como parceiros técnicos. A cooperação gera valor para ambos os lados: o Brasil traz sua metodologia e o Chile, sua experiência em irrigação e fruticultura.

Uma ideia: pilotos para o Chile

Como ideia para começar, proponho pilotos que poderiam ser elaborados pelo INIA junto com o CIREN, o SAG, a Direção Meteorológica, universidades e a Agroseguros, e que começariam nesta ordem:

- **1. Fruticultura, com a Fedefruta:** diagnóstico de riscos por espécie e zona (geadas, calor, água) para desenhar coberturas adequadas. É o setor com maior lacuna de seguro e maior valor exportador.
- **2. Cooperativas:** diagnósticos participativos para sistematizar informações de manejo e sinistros e contratar seguros coletivos.
- **3. Coquimbo:** zona semiárida onde a seca domina o risco. Piloto em culturas e pastagens de sequeiro, com seguro paramétrico subsidiado.
- **4. La Araucanía:** núcleo de cereais e de pequena agricultura. Piloto em trigo, aveia, batata e canola, vinculado ao crédito do INDAP e a um seguro compartilhado.

São ideias para discussão: cada piloto deveria definir desde o início indicadores de sucesso (cobertura, sinistralidade, custo fiscal).

Encerramento

O Brasil levou anos para consolidar seu ZARC e ainda o corrige. O Chile não parte do zero: tem dados, instituições de excelência e capacidade técnica. O que falta é decidir. Se fizermos bem, poderemos ser também o ponto de partida para que a região plante com informação.

Ricardo Moyano Monreal

Advogado. Ex-adido comercial e agrícola do Chile no Brasil. Gerente no Chile do Canal Rural Brasil. Assessor de assuntos públicos da Fedefruta. Diretor da Alagro / Chile